UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	SEMESTRE		ANO
TEORIA GERAL DO DIREITO E HISTÓRIA DO PENSAMENTO JURÍDICO	1ª		1º	2º	2006

Docente Responsável: José Eduardo Melhen

CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO/PRA
144 hs	04 hs	4:00		

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS:

Apresentar noções fundamentais do conhecimento jurídico, introduzindo o estudante criticamente no discurso técnico do direito e oferecendo-lhe um arsenal de técnicas e conceitos jurídicos fundamentais de caráter propedêutico, instrumental e de acentuado valor epistemológico.

EMENTA:

Não se delineia possível compreender qualquer ordenamento jurídico e, por via de conseqüência, todos os institutos que o compõe, senão com a análise de todos os condicionamentos propedêuticos que o inspiram. No que se refere à teoria geral e à história das instituições jurídicas, e os limites do que sucede em nosso país, a tendência não se mostra animadora. As pesquisas doutrinárias de direito, em regra, pouco ou mal se dedicam à perspectiva histórica e propedêutica do assunto examinado, preferindo, desde logo, abordá-lo em seus aspectos dogmáticos. Assim, como é curial, a Teoria Geral do Direito, e, em particular, História do Direito, consistem no estudo e na compreensão das vicissitudes que determinaram o nascimento e a evolução dos institutos que lhe são pertinentes, constituindo valiosos e imprescindíveis instrumentos para a compreensão do direito vigente e de toda a sua dinâmica de natureza dogmática.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Introdução
A Universalidade do Fenômeno Jurídico: justo, norma, faculdade e fato social, ciência.

Parte 1
1. Etimologia das palavras "direito" e "jus". Vários sentidos da palavra "direito".
2. Noção inicial de norma jurídica e de suas diferenças de normas religiosas ou morais.
3. Norma jurídica, ordenamento jurídico, sistema jurídico e sociedade.

Digitalizado com C

4. Direito natural e direito positivo. Justo natural e justo positivo. Direitos naturais e direitos humanos positivados. Relação entre lei natural, os três princípios gerais de direito ("tria precepta juris") e as normas jurídicas em geral.
5. Dogmática Analítica ou Ciência do Direito como Teoria da Norma.
5.1. A identificação do direito como norma:
5.1.1. O conceito de norma.
5.1.2 Aplicação e subsunção;
5.2. Teoria dos conteúdos normativos ou dogmática das relações jurídicas:
5.2.1. Conceito dogmático de norma jurídica.
5.2.2. Tipos de normas jurídicas.
5.2.4. Direito público e direito privado
5.2.4.1. Concepção dogmática de direito público e de direito privado: princípios teóricos.
5.2.4.2. Os ramos dogmáticos do estudo do direito.

5.3. Teoria do ordenamento ou dogmática das fontes do direito:
5.3.1. Norma e ordenamento.
5.3.1.1. O ordenamento como sistema dinâmico.
5.3.2. Conceptualização dogmática do ordenamento: validade, vigência, eficácia e força.
5.3.2.1. A dinâmica do sistema: norma de revogação, caducidade, costume negativo e desuso.
5.3.2.2. Consistência do sistema: antinomias, inexistência, nulidade, anulabilidade.
5.3.2.3. Completude do sistema: lacunas.

5.4 As fontes do direito.
5.4.1. Legislação.
5.4.2 Constituição.
5.4.3 Leis.
5.4.3.1 Técnicas legislativas: "Standards" jurídicos e fixação rígida. Livre-apreciação na estatuição. Cláusulas gerais. "Fictio juris".
5.4.3.2 Técnicas normativas: normas principiológicas e regras. Normas programáticas. A atual dispersão normativa.
5.4.3.3 Hierarquia das fontes legais: leis, decretos, regulamentos, portarias. Constitucionalidade e "justiça" da lei.
5.4.4 Códigos, consolidações e compiladas.
5.4.5 Tratados e convenções internacionais.
5.4.6 Costume e jurisprudência.
5.4.7 Fontes negociais, razão jurídica (doutrina, princípios gerais de direito, eqüidade).
5.4.8 Estrutura e repertório do sistema e a teoria das fontes.

6. Doutrina da irretroatividade das leis: direito adquirido, ato jurídico prefeito, coisa julgada.

7. Direito objetivo e direito subjetivo.
7.1 Sujeito de direito, pessoa física e pessoa jurídica.
8. Direitos subjetivos e posições de vantagem jurídica (Capacidade e competência).
8.1 Direito subjetivo: os vários conceitos.
8.2. Direito subjetivo, poder, faculdade e pretensão. Ação.
8.3 Espécies de direitos subjetivos.
9 Obrigação e posições de desvantagem jurídica (Dever e responsabilidade).

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 120, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

9.1 Obrigação, dever, ônus, situação de sujeição.
10. Interpretação jurídica e poder de violência simbólica;
10.1 A noção de uso competente da língua;
10.2 A língua hermenêutica e legislação racional;
10.3. Interpretação e paráfrase;
10.4 Interpretação verdadeira e interpretação divergente: códigos fortes e códigos fracos;
10.5 Função racionalizadora de hermenêutica;
10.6 Função social da hermenêutica;
10.7 Dogmática da decisão ou teoria Dogmática da Argumentação Jurídica;
10.8 Teoria da decisão jurídica como sistema de controle do comportamento;
10.9 Decisão e processo de aprendizagem;
10.10 Decisão jurídica e conflito;
10.11 Decisão de poder de controle;
10.12 Compreensão e interpretação. Processo hermenêutico. Pré-compreensão e importância dos fatos.
10.13 Interpretação da lei. Interpretação subjetiva x interpretação objetiva. Interpretação evolutiva.
10.14 Métodos de interpretação. Relações entre os métodos.
10.15 Espécies de interpretação (declaratória, restritiva e extensiva) (autêntica e doutrinal). Direito alternativo e equidade.

11. Ciência ou ciências do direito. Objeto e método da ciência do direito em sentido restrito; normas jurídicas, fontes das normas e concretizações das normas como objetos diversos de abordagem das obras jurídicas.

Parte 2

1. A História do Direito no Mundo Ocidental:
2 O Direito na Antigüidade
2.1 O direito na Grécia: as fontes; o direito público; o processo.
2.2 O direito em Roma: as fontes; o ensino do Direito; o processo; a codificação de Justiniano.

3 O Direito na Idade Média
3.1 O direito germânico.
3.2 O direito canônico.
3.3 A recepção do direito romano.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

4 O Direito na Idade Moderna
4.1 O direito comum e a formação dos direitos nacionais.
4.2 O direito continental e Common Law.
4.3 O movimento codificador: o Code Civil e o B.G.B.
4.4 Aspectos históricos da Common Law.

5. A idéia de Direito Natural e o Jusnaturalismo.
5.1 Direitos Humanos e o princípio de valorização da dignidade humana.

6. Empirismo Exegético
6.1 Críticas contra o exegetismo

Digitalizado com C

7. Positivismo sociológico e positivismo jurídico
7.1 Crítica
8 Racionalismo dogmático e normativismo jurídico
8.1 A teoria Pura do Direito
8.2 Pirâmide Jurídica e Norma Fundamental
8.3 Crítica a Teoria Pura do Direito

9. Noções de Direito Alternativo
9.1 Crítica

10 A Tridimensionalidade no Direito
10.1 A importância de Miguel Reale.

METODOLOGIA DE ENSINO:

Aulas expositivas e seminários.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

Grupo de Estudos e Monitoria com vistas a incentivar a pesquisa e visualizar de forma pragmática a disciplina, mediante análise e discussão de casos práticos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

Avaliações bimestrais, apresentação de seminários, apresentação de relatórios sobre obras e textos jurídicos relacionadas à disciplina.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Alaôr Caffé (coord.), *O que é a Filosofia do Direito*, Barueri, Manole, 2004.

_____ (coord.), *Direito, Sociedade e Economia*, Barueri, Manole, 2004.

ALVES, José Carlos Moreira, *Direito Romano*, vol. I, 10.ª ed. revista e acrescentada, Rio de Janeiro, Forense, 1995.

_____, *Direito Romano*, vol. II, 5.ª ed. revista e acrescentada, Rio de Janeiro, Forense, 1995.

AZEVEDO, Luiz Carlos de, *Introdução à História do Direito*, São Paulo, RT, 2004.

AZEVEDO, Plauto Faraco de, *Aplicação do Direito e Contexto Social*, 2ª ed., São Paulo, RT, 1998.

BOBBIO, Norberto, *A Era dos Direitos*, 2ª ed., São Paulo, Campus, 2004.

CARNELUTTI, Francesco, *Teoria Geral do Direito*, trad. Antônio Carlos Ferreira, São Paulo,

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

Lejus, 1999.

DIMOULIS, Dimitri, *Manual de Introdução ao Estudo do Direito*, São Paulo, RT, 2003.

ECO, Umberto, *Come si fa una tese di laurea*, XI edizione, Milano, Bompiani, 2000.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio, *Introdução ao Estudo do Direito*, 4ª ed., São Paulo, Atlas, 2003.

GRAU, Eros Roberto, *O Direito Posto e o Direito Pressuposto*, São Paulo, Malheiros, 1996.

_____, *Ensaio e Discurso Sobre a Interpretação/Aplicação do Direito*, São Paulo, Malheiros, 2002.

HESPANHA, Antônio Manuel, *Panorama Histórico da Cultura Européia*, 2ª ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1998.

GILISSEN, John, *Introdução Histórica ao Direito*, trad. de A. M. Hespanha e L. M. Macaista Malheiros, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

KELSEN, Hans, *Teoria Pura do Direito*, trad. João B. Machado, 5ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1996.

KLABIN, Aracy Augusta Leme, *História Geral do Direito*, São Paulo, RT, 2004.

LUMIA, Giuseppe, *Elementos de Teoria e Ideologia do Direito*, trad. Denise Agostinetti, São Paulo, Martins Fontes, 2003.

MARKY, Thomas, *Curso Elementar de Direito Romano*, 8ª ed., São Paulo, Saraiva, 1995.

MONTORO, André Franco, *Introdução à Ciência do Direito*, 26ª ed., São Paulo, RT, 2005.

NADER, Paulo, *Introdução ao Estudo do Direito*, 25ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2005.

RÃO, Vicente, *O Direito e a Vida dos Direitos*, 5ª ed., São Paulo, RT, 1999.

REALE, Miguel, *Lições Preliminares de Direito*, 21ª ed., São Paulo, Saraiva, 1994.

_____, *Teoria Tridimensional do Direito – situação atual*, 5ª ed., São Paulo, Saraiva, 1994.

RIZZATTO NUNES, Luiz Antônio, *Manual de Introdução ao Estudo do Direito*, 5ª ed., São Paulo, Saraiva, 2003.

SABADELL, Ana Lúcia, *Manual de Sociologia Jurídica*, 2ª ed., São Paulo, RT, 2002.

TELLES JR., Goffredo, *Iniciação na Ciência do Direito*, São Paulo, Saraiva, 2001.

WIEACKER, Franz, *História do Direito Privado Moderno*, 2.ª ed., trad. de A. M. Botelho Hespanha, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 125, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	SEMESTRE		ANO
SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	1º	CHS-08	1º	2º	2006

DOCENTE RESPONSÁVEL: Prof. Dr. Edmundo Alves de Oliveira

CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO/PRA
72 hs	2 hs	72		

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS:

Uma vez que a proposta curricular do Curso de Direito da Uniara caminha rumo a formação jurídica moderna, criando um profissional capaz de avaliar, interpretar e analisar juridicamente as situações impostas pela realidade Brasileira e internacional, nosso objetivo é auxiliar o aluno a compreender-se como cidadão, conhecendo a Sociedade e o Direito em toda suas interconexões.

EMENTA:

Introdução ao Pensamento Sociológico e Antropológico; A Dialética Social do Direito; Controle e Mudanças Sociais, Legitimação Social e Relações Raciais; Interpretações do Mundo do Direito; O Direito como Fato Social; Controle Social e o Direito; O Mito da Neutralidade do Direito e de seus Operadores; Direitos Humanos; Direito Alternativo e sua Implicações Sociais; Criminalidade, Condição Social e Punição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1) Apresentação do Curso e do Programa da Disciplina;
2) Sociedade Humana - Civilizado X Selvagem;
3) Indivíduo, Sociedade e Cultura;
4) Processo de socialização e o Mundo Simbólico;
5) Meios de Legitimação;
6) Desigualdade Social;
7) Instituições e Estruturas Sociais;
8) Antropocentrismo, Xenofobia e Preconceito Racial.
9) A Sociologia Positivista de E. Durkheim e M. Mauss;
   a) A sociedade como Fato Social e Fato Social Total;
   b) A sociedade: um organismo vivo;
   c) Solidariedade social.
10) A sociologia de K. Marx;
   a) Sociedade e classes sociais;
   b) A luta de classes;
   c) O capitalismo e as forças sociais;

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U. nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

d) A desigualdade social;
e) Estratificação social;
f) A questão da ideologia.

11) Sociedade informática e a questão do mundo globalizado;
a) Novas tecnologias;
b) O mundo da informação;
c) Globalização e mundialização produtiva;
d) O desemprego estrutural;
e) A biogenética;
f) O Estado-nação.

12) Paradigmas jurídicos em perspectiva sociológica;
13) O monismo jurídico;
14) O direito como fato social:
15) Controle social e o Direito;
16) O direito para além do positivismo;
17) Pluralismo conservador e pluralismo progressista;
18) O direito moderno;
19) O direito alternativo;
20) Cidadania, representação e sistema simbólico;
21) Os Direitos Humanos;
22) O Direito Alternativo;
23) Advocacia e o direito do cidadão;
24) Os Direitos dos Excluídos;
25) Criminalidade, condições sociais e o direito.

METODOLOGIA DE ENSINO:

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Leituras dirigidas;
- Trabalhos em classe;
- Recursos audiovisuais (filmes e documentários);
- Apresentações de Seminários .

ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

Bimestralmente será exigido um trabalho de pesquisa do aluno, individual, no intuito de criar o hábito da pesquisa e como forma de fixar e ampliar o conhecimento sobre os temas da disciplina.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

- Prova Bimestral;
- Trabalho apresentado;
- Seminário apresentado;
- Assiduidade do aluno;

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

- Participação do aluno em aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, L. R. *Introdução ao direito alternativo brasileiro*, Porto Alegre: Livr. dos Advogados, 1996.

ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

AZEVEDO, P. F. *Aplicações do direito e contexto social*. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1998.

BOTTOMORE, T. & NISBET, R. (orgs). *História da sociologia*. São Paulo; Ensaio, 1996.

DEMO, P. *Sociologia*: uma introdução critica. São Paulo: Atlas, 1989.

FORRACHI, M. & MARTINS, J. S. *Dos clássicos à sociologia da informação*. São Paulo: LCT, 1978.

LAPLANTINE, F. *Aprender Antropologia*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

LOCHE, A. (org). *Sociologia jurídica*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

REALI, M. *O direito como experiência*. São Paulo: Saraiva, 1992.

WOLKMER, A. C. *Pluralismo jurídico*. São Paulo: Alfa-Ômega. 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARRUDA Jr., E. *Direito moderno e mudança social*: ensaios de sociologia jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

ELIAS,N e SCOTSON, J.L. *Os estabelicidos e os Outsiders*: sociologia da relação de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro: ZAHAR, 2000.

GIDDENS, A. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Presença, 1990.

GUIMARAES, A.S.A. *Classes, raças e Democracia*, São Paulo: Ed.34,2002.

MACHADO, A. A. *Ministério público*: democracia e ensino jurídico. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

MOURA,C. *Sociologia do Negro Brasileiro* , São Paulo: Ática, 1988.

MURANGA,K *Rediscutindo a mestição bem no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1999.

ORWELL, G. *1984*. São Paulo: Nacional, 1991.

ORWELL, G. *A revolução dos bichos*. Porto alegre: Globo, 1975.

WOLKMER, A. C. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. São Paulo: Acadêmica, 1995.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	SEMESTRE		ANO
DIREITO CIVIL (Parte Geral)	1ª	CJU-07	1º	2º	2006

Docente Responsável: Wagner Corrêa

CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO/PRA
144 hs	04 hs	144		

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS:

Além de transmitir aos alunos ensinamentos básicos do direito Civil, de forma a englobar a matéria referente à parte geral, dar-lhes conhecimento mais aprofundado da ciência, comparando-a com outros ramos e com o Direito de outras nações. As aulas são ministradas com caráter aberto e amplo, no sentido de incentivar a pesquisa individual e o conhecimento da realidade. Não há limitação ao programa puramente tradicional e técnico que exige do aluno somente o superficial entendimento da doutrina mais comum. Além disso a matéria tem como escopo identificar forma e conteúdo do Novo Código Civil, de maneira a permitir ao aluno facilidade e compreensão do manejo técnico necessário.

EMENTA:

Parte geral do Direito Civil. Visão ampla da Ciência em face de seus ramos e do Direito de outros países. Incentivo à pesquisa e aprofundamento técnico e filosófico do que é transmitido. Exigência de conhecimento de diversos autores, objetivando apresentar formas diversas de pensamento. Destaque para a "modernização" de conceitos e regramentos do novo Código, especialmente em face da dinâmica da ciência do Direito.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

01- Notas Gerais e Introdutórias

02- Direito e sua Divisão

03- Direito Subjetivo e Objetivo

04- Leis – Classificação- Eficácia- Conflito- Interpretação –Lei de Introdução

05- Personalidade

06- Capacidade

07- Pessoa Jurídica – Sociedades, Associações – Fundações

08- Domicílio

09- Bens

10- Fato Jurídico – Ato Jurídico – Negócio Jurídico. Interpretações – Teorias – Modalidades – Forma – Defeitos. Validade.

11 – Ato Ilícito – Responsabilidade Civil

12 – Prescrição e Decadência

METODOLOGIA DE ENSINO:

Aulas dadas, após preparo, com base em diversos autores, comparando conceitos e indicando posição atualizada do Direito em face da doutrina e jurisprudência mais atual. Obrigatoriedade de participação dos alunos em cada aula. Criação de grupos de trabalho com objetivo especial de pesquisa da matéria e de assuntos diversos relacionados ao Direito. Especial atenção aos conceitos de ética e moral em relação à Direito como ciência universal, de forma a provocar reformulação de pensamento.

Transmitir ao aluno, além do conhecimento necessário da matéria, as razões de estudá-la e de poder compreender o porque da ciência do Direito no contexto da sociedade.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

Realização de trabalhos individuais durante todo o ano, alguns de forma específica, em grupos para exposição oral.

Provas bimestrais.

Seminários objetivando participação dos alunos, de modo a compreender sua capacidade de aprender e

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

transmitir.

Realização de trabalhos individuais durante todo o ano, alguns de forma específica, em grupos para exposição oral.

Provas bimestrais.

Seminários objetivando participação dos alunos, de modo a compreender sua capacidade de aprender e transmitir.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

01 – Instituições de Direito Civil – Caio Mário da Silva Pereira, volume I, Ed. Forense.

02 – Introdução ao Direito Civil – Orlando Gomes, Editora Forense.

03 – Direito Civil – Silvio de Salvo Venosa.

04 – Direito Civil – Silvio Rodrigues – vol. I, Ed. Saraiva.

05 – Código Civil, Constituição Federal

06 – Revistas de Jurisprudência (RT, RJTJ).

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	SEMESTRE		ANO
Economia	1ª	CAT-06	1º	2º	2006

Docente Responsável: Gerson Braz.

CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO/PRA
72 hs	2 hs			

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS:

Introduzir o aluno de Direito ao estudo da economia, apresentando conceitos econômicos básicos, sob a perspectiva de quem estuda a matéria pela primeira vez.

Ao oferecer uma formação básica da ciência econômica, o curso introduz o aluno na lógica da análise econômica de forma simples, porém sistemática, fomentando-lhe a capacidade de análise crítica e compreensão do funcionamento da economia capitalista.

Tem ainda como objetivo oferecer ao aluno de Direito uma visão abrangente das principais questões econômicas de nosso tempo, e à luz da economia aplicada explicar com clareza e concisão conceitos e problemas econômicos fundamentais, de forma que os estudantes possam ter melhor compreensão da realidade econômica e das questões de interesse prático da área, tais como: atualização de valores de ações judiciais, cálculo de valores reais, alguns princípios legais que permeiam as medidas de política econômica, entre outros.

EMENTA:

A evolução da Ciência Econômica. Inter-relações entre Economia e Direito. Componentes e formação dos preços da produção capitalista (custos e lucros) e relações sociais. Concorrência intercapitalista (capacidade produtiva, concorrência perfeita e imperfeita e grau de monopólio). Introdução à teoria Macroeconômica e formas de quantificação da produção capitalista. Relações econômicas internacionais. Atuação e intervenção do Setor Público na atividade econômica e sistema financeiro. Direito econômico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

01 – Conceito de Economia
02 – Problemas econômicos fundamentais.
03 - Atividade Econômica
- economia política
- mercadoria e capital

04 - Formação de Preços
- salários
- preço
- lucro

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

05 - Preços e Padrão de Concorrência
- concorrência intercapitalista
- concorrência perfeita
- concorrência imperfeita
- grau de monopólio

06 - Setores de Atividade Econômica
- primário
- secundário
- terciário
- valor adicionado
- produto interno e nacional

07 - Relações Econômicas Internacionais
- balanço de pagamentos
- balança comercial
- balanço de transações correntes
- balanço de capitais
- dívida externa

08 - Sistema Monetário-Financeiro
- autoridade monetária
- haveres não monetários
- mercado de capitais política monetária

09 - Setor Público
- orçamento - receita e despesa públicas
- déficit público
- dívida interna
- política tributária e fiscal

METODOLOGIA DE ENSINO:

Aulas expositivas, seminários, dinâmicas de grupo para desenvolvimento e reflexão do conteúdo programático em sala de aula. Correlação, sempre que possível, dos temas tratados com o momento conjuntural econômico.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

Pesquisa em jornais, sites e revistas especializadas. Pesquisa para compreensão do papel econômico e de direito do CADE – Conselho Administrativo de Direito Econômico.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

Duas provas bimestrais individuais e sem consulta e trabalhos.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 125, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Fundamentos de Economia, 2ª. Ed. São Paulo, 2005. Saraiva.
TROSTER, R.L. & MOCHON, F., Introdução à economia. São Paulo, Makron Books, 2002.
GASTALDI, J. P. Elementos de economia política, 17. ed., São Paulo: Saraiva, 1998.
PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. Manual de economia, 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
ROSSETTI, J. P. Introdução à economia, 19. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, **Constituição Federal.** São Paulo: Saraiva, 2002

CANO, W., **Introdução à economia: uma abordagem crítica.** São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

COSTA, F. N. DA. **Economia em dez lições.** São Paulo: Makron Books, 2000.

FARIA, J.E., **O direito na economia globalizada.** São Paulo: Malheiros, 2000.

OLIVEIRA, G, **Defesa da concorrência em países em desenvolvimento: aspectos da experiência do Brasil e do Mercosul.** Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. (Idéias e debate; 17)

PAULANI, L. M & BRAGA, M.B., **A nova contabilidade social**, São Paulo: Saraiva, 2000

SANDRONI, S. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Ed. Best Seller, 2000.

GALVES, Carlos. **Manual de economia política atualizado**, 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

MARTINS, Ives G. da Silva. **Questões de direito econômico**. São Paulo: RT, 1998.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia**: introdução ao direito econômico. 2 ed. São Paulo: RT, 2000.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política.** 16 ed. Rio de Janeiro, Forense, 1996.

SOUZA, Nali de Jesus de; et all. **Introdução à economia.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 105 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA — UNIARA

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

CURSO: **DIREITO** ANO: **2006**
DEPARTAMENTO: **Ciências Jurídicas**
DOCENTES RESPONSÁVEIS: **Julia Maria de O. S. Gorla**

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	CARGA HORÁRIA
Português	**1ª**	**CHS-36**	**72 hs**

OBJETIVOS:

A disciplina visa fornecer, ao aluno de Direito, subsídios para o estudo do código lingüístico da língua portuguesa, aplicado ao contexto jurídico, favorecendo aos alunos uma visão ampla dos assuntos que, tratados com objetividade, efetivam o convite à pesquisa e ao exame minucioso da linguagem escrita e oral.

EMENTA:

Introdução à Teoria da Comunicação. Vocabulário jurídico. Análise de problemas gramaticais na produção de textos jurídicos. Enunciação e discurso jurídico. O parágrafo e a redação jurídica. Leitura e produção textual. Introdução à Oratória.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I – Introdução à Teoria da Comunicação:
1. Conceitos
2. Elementos de comunicação
3. Variantes lingüísticas

II – Vocabulário jurídico
1. Léxico e vocabulário
2. Brocardos jurídicos e locuções latinas

III – Análise de problemas gramaticais na produção de texto jurídico:
(textos - base: processos findos e artigos tirados de livros e sites da área)
1. Erros mais comuns na produção escrita e como evitá-los.
2. Colocação pronominal.
3. Pontuação.
4. Concordância nominal.
5. Concordância verbal.
6. Crase.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 123, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

IV - Leitura e produção textual:
1. O texto descritivo
2. O texto narrativo
3. O texto dissertativo
   3.1. Argumentação jurídica.
   3.2. Principais elementos de coesão no discurso jurídico.
4. Redação normativa de instrumentos legais (projetos de leis, contratos, documentação em geral)

Digitalizado com C

V – Desenvolvimento da expressão oral.

1.Introdução à Retórica e Oratória (história e conceitos) .
2. Técnicas de Oratória.

3. Voz: exercícios de dicção.

4.Gestualidade.

5. Comunicação oral: dicas.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

Análise de textos de redação jurídica. Leitura extra de processos e petições. Filme: "Doze homens e uma sentença".

METODOLOGIA DE ENSINO:

Aula expositiva; leitura de textos; pesquisa; debates; aulas práticas.

CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

Trabalhos individuais e em grupo, fichamentos, produção de textos, provas, participação em sala de aula.

CICLO DE RECUPERAÇÃO:

Aula: revisão de conteúdo e elucidação de dúvidas.

Avaliação: Prova com questões dissertativas e testes de múltipla escolha.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. *Curso de português jurídico*. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. SP : Ática, 1999.
GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 20.ed. RJ, Ed. FGV, 2001.
HENRIQUES, Antônio. *Prática da linguagem jurídica*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
LIMA, C.H.Rocha.*Gramática normativa da língua portuguesa. 41*.ed. RJ : José Olympio, 2001.
TOLEDO, Marleine Paula Marcondes e Ferreira de.*Comunicação jurídica*. 4.ed.São Paulo: Sugestões Literárias,2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*.13.ed.Campinas: Pontes, 2001.
KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. 10.ed. SP, Contexto, 1997
_____. **TRAVAGLIA**, Luis C. *A coerência textual*. 7.ed. SP, Contexto, 1996.
MARTINS, Eduardo. *Com todas as letras: o português simplificado*. São Paulo: Moderna, 1999.
MOISÉS, Massaud. Guia prático de redação. São Paulo: Cultrix, 1981.
MUSSALIM, Fernanda; BENTES, AnnaChristina(orgs).*Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 2 ed. São Paulo: Cortez,2001.(2vol.)

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

PAGANELLI, Wilson. *A escrita na Linguagem Jurídica* IN: Apostila para o neófito. Disponível em: http://www.neofito.com.br/apost/apoutro.htm Acessado em 15 de fev.2007.

RODRÍGUEZ, Victor Gabriel de Oliveira. *Manual de redação forense.* 1.ed.Campinas,SP: Editora Jurídica Mizuno, 2000.

XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no Direito. 15.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

----------. Latim no Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

"...Se este trabalho se revelar tão prenhe de equívocos que as hipóteses devam ser totalmente rejeitadas, só nos resta exclamar como Jakobson:

É maravilhoso! A coisa mais importante de dizer sempre é: eu me enganei."
José Luiz Fiorin

Julia Maria de [illegible]

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	SEMESTRE		ANO
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO	1ª	CJU-27	1º	2º	2006

DOCENTE RESPONSÁVEL (EIS): Manoel Ilson Cordeiro Rocha

CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO/PRA
72 hs	3 hs	60	12	72

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS:

- Compreender os conceitos básicos da ciência política a partir da relação elementar de poder, os pensadores e as obras que marcaram época na evolução do pensamento político.
- Compreender a origem e a evolução do Estado, suas mutações no tempo e no espaço, analisando as idéias tendentes ao aperfeiçoamento da sociedade política.
- Conhecer a formação jurídica do Estado, a mecânica de seu funcionamento e a Constituição.
- Ampliar objetivamente conhecimentos, mediante identificação no texto da Constituição da República Federativa do Brasil de princípios e instituições inspiradas nas doutrinas ou teorias analisadas, como estudo propedêutico ao Direito Constitucional.

EMENTA:

Conceitos básicos da política e origem e evolução do Estado, com o conhecimento das idéias ou instituições presentes na formação e desenvolvimento das sociedades políticas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Conceito de poder e política.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

- Legitimidade e dominação: A justificação do Estado e da sociedade.
- Autoridade e liberdade.
- Mudanças nas instituições políticas: reforma e revolução.
- Base da democracia: a democracia antiga, a direta, a clássica, a representativa e a semi-direta.
- O sufrágio e o mandato político.
- Os sistemas eleitorais.
- Opinião Pública.
- Partidos políticos.
- Teoria Geral do Estado: objeto, conteúdo e conceitos essenciais.
- As relações entre as doutrinas políticas e as instituições.
- A origem e a evolução do Estado, da Antiguidade ao Estado Contemporâneo.
- Elementos essenciais do Estado. Conceitos: Povo, Nação, Território e Governo.
- O Estado moderno e a Soberania.
- O constitucionalismo e o Estado de Direito.
- Especializações de funções no Estado Moderno e a Teoria da Divisão de Poderes.
- As diversas classificações do Estado e das Formas de Governo.
- A federação.
- Sistemas de governo.
- A formação histórica e as bases filosóficas dos direitos individuais. Análise da eficácia das Declarações de Direitos.
- Tendências do Estado Contemporâneo e o Estado na ordem internacional.
- Neoliberalismo e globalização.

METODOLOGIA DE ENSINO:

Aulas expositivas, leituras dirigidas, trabalhos de pesquisa, consultas a textos e seminários sobre autores clássicos e modernos.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

- Relatórios e resenhas sobre filmes clássicos do cinema mundial que abordam os conteúdos trabalhados em sala de aula.
- Pesquisa ao texto constitucional de identificação dos institutos jurídicos correspondentes aos temas abordados em sala de aula.
- Questionários críticos para leituras dirigidas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

A avaliação será efetuada mediante provas, trabalhos de pesquisa, seminários e conclusões sobre textos analisados, sendo a nota de aproveitamento obtida por média aritmética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*. Rio de Janeiro: Globo, 1997.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. Rio de janeiro: Forense, 1990.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 1995.

MOSCA, G. *História das Doutrinas Políticas*. Rio de janeiro: Zahar, 1965.

BRASIL, *Constituição da República Federativa*. São Paulo: Saraiva, 2002.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1996.

CAMPANHOLE, Adriano. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva,1998.

GANDRA, Ives da Silva Martins e BASTOS, Celso Ribeiro. *Parlamentarismo ou presidencialismo?* Rio de Janeiro: Forense, 1987.

Digitalizado com C

CHEVALLIER, Jean Jacques. *As grandes obras políticas, de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1989.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	SEMESTRE		ANO
DIREITO CONSTITUCIONAL I	1ª	CJU	1º	2º	2006

Docente Responsável: Silvio Luiz Maciel

CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO/PRA
72 hs	02 hs			

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS DO CURSO:

1. Dar ao estudante de direito uma noção clara e precisa da Organização Constitucional Brasileira como um todo, da República Federativa e do Estado Democrático de Direito, de seus fundamentos, objetivos fundamentais e princípios fundamentais; dos Direitos e das Garantias Fundamentais; dos Direitos Sociais; da Nacionalidade; dos Direitos Políticos; dos Partidos Políticos; da Ordem Econômico-Financeira e Social.
2. Habilitá-lo a interpretar os princípios e as normas constitucionais, compreender, respectivamente, o seu alcance e a sua eficácia e aplicabilidade, bem como a sua real importância como instrumento norteador de todos os ramos do Direito (interdisciplinariedade).
3. Levar o corpo discente a acompanhar e participar, com visão crítica e instrumental jurídico, das transformações político-sociais do Estado Brasileiro, revisões constitucionais e inovações legislativas, sempre tendo como base os parâmetros maiores da Constituição Federal;
4. Aprofundar o conhecimento dos Direitos e Garantias Fundamentais, no contexto nacional e internacional, bem como os mecanismos constitucionais de preservação destas conquistas históricas;
5. Levar o aluno a intensificar a pesquisa metódica, a exposição escrita e a verbalização crítica (exposições e debates) de temas relevantes no âmbito do Direito Constitucional.

EMENTA:

- I – Direito Constitucional – Poder Constituinte - Princípios Fundamentais – Dos Direitos e das Garantias Fundamentais – Remédios Jurídicos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Partidos Políticos – Da Ordem Econômico-Financeira e Social.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 126, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução: Sociedade e Poder Político. Surgimento e elementos do Estado. Teoria Geral da Constituição: Conceito de Constituição. Elementos da Constituição. Classificação. Aplicabilidade das normas constitucionais. Constitucionalismo. Histórico das Constituições Brasileiras.
2. Poder Constituinte: Conceito e finalidade. Titularidade. Espécies: Originários e Derivado.
3. Princípios Fundamentais: Fundamentos. Objetivos Fundamentais. Princípios que regem as relações internacionais.
4. Dos Direitos e das Garantias Fundamentais: Formação Histórica das Declarações de Direito. Teoria dos Direitos Fundamentais do Homem. Conceito. Classificação. Natureza Jurídica. Direitos Individuais. Conceito. Classificação. Direitos Coletivos. Destinatários da Proteção. Diferenciação entre Direito e Garantia. Direito à Vida. Princípio da Igualdade. Princípio da Legalidade. Tortura. Liberdade de Pensamento, Direito de Resposta e Responsabilidade por Dano Material, Moral ou à Imagem. Liberdade de Consciência, Crença Religiosa, Convicção Filosófica ou Política e Escusa de Consciência. Liberdade de Expressão da Atividade Intelectual, Artística, Científica e de Comunicação. Inviolabilidade à Intimidade, à Vida Privada, Honra e Imagem. Inviolabilidade Domiciliar. Inviolabilidade do Sigilo de Correspondência, das Comunicações Telegráficas, de Dados e das Comunicações Telefônicas. Direito de Reunião. Direito de Associação. Direito de Certidão. Direito de petição. Apreciação de Lesão ou ameaça de direito pelo Poder Judiciário. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Princípio do Juiz Natural. Tribunal do Júri. Extradição. Devido Processo Legal, contraditório e ampla defesa. Provas ilícitas. Princípio da presunção de inocência.
5. Remédios Jurídicos: *Habeas Corpus*, *Habeas Data*. Mandado de Segurança. Mandando de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção.Ação Popular.
6. Dos Direitos Sociais: Conceito e abrangência. Direito à segurança no emprego. Rol dos direitos sociais. Liberdade de associação profissional ou sindical. Direito de greve.
7. Da Nacionalidade: Conceitos. Espécies. Brasileiros Natos. Hipóteses de Aquisição Originária. Brasileiro Naturalizado. Tratamento diferenciado entre Brasileiro nato e naturalizado. Perda do Direito de Nacionalidade.
8. Direitos Políticos: Conceito. Direitos Políticos. Núcleo de Direitos Políticos. Capacidade Eleitoral Ativa. Direito de Voto. Plebiscito e Referendo. Elegibilidade. Direitos Políticos Negativos. Privação dos Direitos Políticos. Partidos Políticos. Língua e Símbolo Oficiais.
9. Da Ordem Econômico-Financeira: Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica. Intervenção do

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 105 de 07/07/2020

Digitalizado com C

Estado no Domínio Econômico. Da Política Urbana e da Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária.

10. Da Ordem Social: Seguridade Social. Educação, Cultura e Desporto. Ciência e Tecnologia. Da Comunicação Social. Meio Ambiente. Família, Criança, Adolescente e Idoso. Índios.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Leitura de obras doutrinárias clássicas, repertórios de jurisprudência, artigos científicos. Análise de casos práticos, inclusive com a consulta a inquéritos policiais, processos e acórdãos, que muito facilitam e contribuem para o aprendizado do discente

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão expositivas e interativas, ministradas a partir dos roteiros de aulas acima relacionados.

Serão abordadas as principais questões sobre cada lei, com apontamento das correntes doutrinárias e jurisprudenciais de pensamento e as divergências existentes.

Na explicação dos temas serão utilizados sempre exemplos de casos reais ou hipotéticos, para que os alunos tenham a noção exata da aplicação do assunto que foi exposto teoricamente.

Poderão, eventualmente, ser elaborados grupos de estudos e seminários, para que o aprendizado se torne interativo e os alunos sejam estimulados a pesquisar e debater os assuntos levantados, propiciando, assim, a emancipação intelectual e o desenvolvimento do raciocínio jurídico dos discentes.

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO (COMPOSIÇÃO DA NOTA BIMESTRAL):

1. Serão aplicadas quatro provas escritas (uma a cada bimestre), compostas de questões teóricas (cada prova conterá: questões dissertativas; ou questões objetivas; ou questões objetivas **e** dissertativas). **Todas as provas terão o valor máximo de 10 pontos.**

1.1. O valor de cada questão constará ao lado do respectivo enunciado na folha de prova. Não será decidido, antecipadamente, em aula, o valor individual das questões da prova.

1.2. As provas são feitas individualmente. Poderão, a critério do professor, ser feitas, eventualmente, em

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 125, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

grupos com o máximo de 4 alunos, o que somente será comunicado e autorizado no momento da prova.

2. Além das quatro provas bimestrais, poderão, ***eventualmente***, ser atribuídos trabalhos individuais ou em grupos de no máximo cinco alunos, para composição da nota bimestral.

2.1. Os trabalhos terão o valor de **0 (zero) a 1,5 (um ponto e meio).**

2.2. Somente no ato da divulgação do trabalho será informado aos alunos se ele deverá ser feito, individualmente, ou em grupos. Nesse ato também será divulgado se o trabalho deverá ser feito de forma manuscrita, ou digitada.

2.3. Os trabalhos deverão conter no mínimo: **A)** capa com o Título; indicação do curso e da Instituição de Ensino; ano; nome, código de matrícula, série e turma do(s) aluno(s); **B) 1**-Introdução; **2**-Desenvolvimento, em tópicos, itens ou capítulos; **3**- pesquisa e comentário de jurisprudência; **4**-Conclusão; **C)** indicação correta da obra e do autor em todas as transcrições ou citações feitas no texto do trabalho; **D)** Bibliografia completa de todas as obras consultadas, citadas e utilizadas na elaboração do trabalho.

2.4. Terão nota zero os trabalhos que: **A)** não contiverem, corretamente, os requisitos mínimos indicados no item anterior; **B)** forem elaborados por mais de cinco alunos; **C)** forem substancialmente semelhantes entre si, indicando que um trabalho foi copiado, total ou parcialmente, de outro; **D)** forem copiados, total ou parcialmente, de qualquer outra espécie de obra ou trabalho (livros, textos, monografias, *internet* etc).

2.5. Os trabalhos não são obrigatórios. Mas no dia da prova será entregue também uma folha com uma pergunta denominada "**questão do trabalho**", que deverá ***obrigatoriamente*** ser respondida pelos alunos que optaram em fazê-lo. Ao aluno que não responder, ou responder incorretamente a **"questão do trabalho"** será atribuída **nota zero** no trabalho, ainda que ele tenha entregado o trabalho individual, ou participado do trabalho em grupo.

2.6.A **"questão do trabalho"** tem a finalidade de verificar se o aluno conhece e compreendeu o conteúdo do trabalho apresentado.

2.7. No caso de provas em grupo, a **"questão do trabalho"** será respondida, individualmente, antes do início da prova, no prazo de 10 minutos, e somente depois serão compostos os grupos para início da prova. Todos os alunos que tenha feito o trabalho deverão responder a **"questão do trabalho"** simultaneamente, ou seja, antes do início da primeira prova, mesmo nos casos de divisão de turmas em números pares e ímpares. Em nenhuma hipótese será permitido ao aluno responder à **"questão do trabalho"** em outro momento.

2.8. O aluno que não tenha feito o trabalho (individual ou em grupo) não precisará responder a **"questão do trabalho!"**. Se responder, ainda que corretamente, nenhuma nota de trabalho lhe será atribuída.

2.9. A **"questão do trabalho"** não interfere, de nenhuma forma, na nota da prova.

2.10. Os trabalhos bimestrais deverão ser entregues, impreterivelmente, no mesmo dia e horário da prova; em nenhuma hipótese será recebido e aceito trabalho entregue após esse prazo ou sem acréscimo de nome de

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 123, Seção 1, Pág. 105 de 07/07/2020

Digitalizado com C

aluno em grupo de trabalho.

2.11. Em nenhuma hipótese será aceito que o aluno de uma Turma faça trabalho com aluno ou grupo de outra turma.

3. Se a soma da nota da prova com a nota do trabalho bimestral for superior a 10 pontos, os pontos excedentes não serão computados, em nenhuma hipótese, nas notas dos bimestres posteriores, na quinta prova, na nota do ciclo de recuperação ou na média final da disciplina.

4. Em nenhuma hipótese serão dispensados da última prova os alunos que na 3ª prova bimestral atingirem a pontuação de aprovação exigida pela Instituição (24 pontos).

5. Em nenhuma hipótese será considerado aprovado o aluno que não atingir no mínimo 24 pontos na soma das quatro notas bimestrais.

6.A participação e a interação do aluno nas aulas também poderão ser consideradas na avaliação para composição das notas bimestrais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

6. MORAES, ALEXANDRE de. Direito Constitucional – Ed. Átlas.

_____. Direitos Humanos Fundamentais – Ed. Átlas.

_____. Jurisdição Constitucional e Tribunais Constitucionais. Ed. Átlas.

_____. Direito Constitucional – Questões de Concursos. Ed. Átlas.

- SILVA, José Afonso da – Curso de Direito Constitucional Positivo – Ed. Revista dos Tribunais.

- TEMER, Michel – Elementos de Direito Constitucional – Malheiros Editores.

- CENEVIVA, Walter – Direito Constitucional Brasileiro – Ed. Saraiva.

- ARAÚJO, Luiz Alberto David e NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano – Curso de Direito Constitucional – Ed. Saraiva.

- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves – Curso de Direito Constitucional – Ed. Saraiva.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

- SILVA, Paulo Napoleão Nogueira da – Curso de Direito Constitucional – Ed. Revista dos Tribunais

- MOTA, Leda Pereira e SPITZCOVSKY, Celso – Curso de Direito Constitucional – Ed. Juarez de Oliveira.

- SOUZA, Nelson Oscar de – Manual de Direito Constitucional – Ed. Forense.

- GAMA, Ricardo Rodrigues – Manual de Direito Constitucional – Ed. Juruá.

- PINTO FERREIRA – Curso de Direito Constitucional – Ed. Saraiva.

- MEIRELLES, Hely Lopes – Mandado de Segurança, Ação popular, Ação civil pública, mandado de injunção, *Habeas data*. – Malheiros Editores.

- CRETELLA JÚNIOR, José – Os " Writs " na Constituição de 1988 – Ed. Forense Universitária.

- MELLO, Celso Antonio Bandeira de – Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade – Malheiros Editores.

- POLETTI, Ronaldo. Controle da Constitucionalidade das leis. Ed. Forense.

- BASTOS, Celso Ribeiro – Curso de Direito Constitucional – Celso Bastos Editor.

- CAPEZ, Fernando, *et ali* – Curso de Direito Constitucional – Editora Saraiva

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

7. BARRUFINI, José Carlos Toseti – Revolução e Poder Constituinte – Ed. RT

8. SILVA, José Afonso da – Aplicabilidade das Normas Constitucionais – Ed. Malheiros.

9. BONAVIDES, Paulo – Curso de Direito Constitucional – Ed. Malheiros.

10. MIRANDA, Jorge – Manual de Direito Constitucional – Tomos I e II - Ed. Coimbra/Portugal.

11. CANOTILHO, José Joaquim Gomes – Direito Constitucional e Teoria da Constituição – Ed. Livraria Almedina/Portugal.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	SEMESTRE		ANO
Psicologia Forense	1ª		1º	2º	2006

Docente Responsável: Prof. Dr. Wilson José Alves Pedro

CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO/PRA
72 hs	02 hs	72		72

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS:

- Inserir os acadêmicos do direito nos estudos da Psicologia Forense/Jurídica através de uma visão histórica, definindo-a como ciência humana e social preocupada em compreender/intervir nas relações e interações psicossociais complexas e significativas.
- Propiciar ao aluno o acesso à diversidade das principais preocupações, teorias, conceitos, pesquisas e intervenções realizados no âmbito dos estudos da Psicologia, fornecendo subsídios para a futuro profissional da carreiras jurídica.
- Sensibilizar os futuros profissionais do Direito sobre as contribuições da Psicologia para o melhor exercício do Direito.

EMENTA:

Psicologia Forense/Jurídica. Interfaces: Psicologia e Direito. Conceitos básicos de Psicologia aplicada ao Direito. Temas de Psicologia Jurídica: Direito de família, aplicação da pena e egresso. A Psicologia e as carreiras jurídicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. **Introdução à Psicologia Forense**

1.1. Breve introdução à Psicologia Jurídica.

1.2. Contexto histórico da Psicologia: origens e desenvolvimento da Psicologia.

1.3. Interfaces: Psicologia e Direito.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria nº 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

2. Conceitos básicos de Psicologia aplicada ao Direito.

2.1. Noções do desenvolvimento humano: a construção da identidade.

2.2. Hereditariedade versus ambiente.

2.3. Mecanismos de defesa do Ego

2.4. Personalidade e psicopatologias.

3. Temas de Psicologia Jurídica: a Psicologia do Direito.

3.1. Documentos utilizados em Psicologia Forense.

3.2. A Psicologia e o Direito de Família: violência, guarda e adoção.

3.3. A Psicologia e o Direito Penal: a aplicação da pena e o egresso do sistema prisional.

4. Algumas contribuições da Psicologia para as carreiras jurídicas.

4.1. As carreiras jurídicas: ética e cidadania.

4.2. O papel dos atores sociais do Direito: Advogados, Ministério Público e Juízes.

4.3. Cidadania

4.4. Direito e o Terceiro Setor.

METODOLOGIA DE ENSINO:

- Aulas expositivas;
- Grupos de reflexão;
- Leituras e discussões de textos;
- Análise de vídeos;
- Trabalhos de Pesquisas,
- Seminários.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

- Trabalhos de Pesquisa;
- Visitas e atividades extra-classe;
- Elaboração de relatórios.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

Digitalizado com C

- Provas bimestrais (7,0 pontos)
- Atividades de Grupos de Estudo, Trabalhos de Pesquisa e Seminários (3,0 pontos)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DAVIDOFF, L. ***Introdução à Psicologia***. São Paulo: Mcgrow-Hill, 2001

FRANÇA, F. ***Reflexões sobre a Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil***. Psicologia: Teoria e Prática – 2004, 6 (1):73-80.

TRINADADE, J. ***Manual de Psicologia Jurídica para operadores do direito***. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARONSON, E., WILSON, T. D., AKERT, R. M. ***Psicologia Social***. 3a. edição. Rio de Janeiro: LTC, 2002. *

BOCK, A. M. B. et al. ***Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia***. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRAGHIROLLI, E. M. et all. ***Temas de Psicologia Social***. Petrópolis: Vozes, 1994.

CAFFÉ, M. ***Psicanálise e Direito***. São Paulo: Quartier Latin, 2003.

CORDEIRO, J. C. D. ***Psiquiatria Forense. A pessoa como sujeito ético na medicina e no Direito***. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MYERS, D. G. ***Psicologia Social.*** 6ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2000. *

PEDRO, W.J.A. ***Homens em Metamorfose – a identidade masculina na contemporaneidade***. Taubaté: Vogal, 1998.

RODRIGUES, A., ASSMAR, E.M.L., JABLONSKY, B.. ***Psicologia social***.19ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAWAIA, B. (org.) ***As Artimanhas da Exclusão***. Petrópolis: Vozes, 1999. *

SPINK, M.J. (org.) ***O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social***. São Paulo: Brasiliense, 1993. *

STREY, M. N. (org.) ***Psicologia social contemporânea.*** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. *

Obs: outras obras poderão ser incluídas e sugeridas na bibliografia a critério do professor responsável pela disciplina

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	SEMESTRE		ANO
FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2ª		1º	2º	2007

DOCENTE RESPONSÁVEL: SAULO STEFANONE ALLE

CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO/PRA
72 hs	02 hs	72		

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS:

1. Introduzir conceitos básicos de Direito Público.
2. Formar uma sólida base teórica a respeito do direito público e da administração pública, a fim de preparar os alunos para assimilar matérias específicas, futuramente ministradas, tais quais, Direito Administrativo, Direito Tributário, entre outras.
3. Enfatizar o aprendizado de noções básicas de Direito Administrativo, apresentando, também, elementos de Direito Financeiro e Econômico que se relacionem diretamente com a matéria e que costumam ser pontos omissos nos currículos dos cursos brasileiros.
4. Apresentar questões práticas, para despertar o interesse dos alunos pela importância e aplicação dos institutos de direito público na vida profissional futura.
5. Instigar a busca, de cada aluno, pelos fundamentos teóricos e sua relação com as expressões práticas do direito público.
6. Desenvolver o espírito crítico, a autonomia e a independência intelectual no campo do Direito Público.

EMENTA:
Direito Público. Teoria e prática. Administração Pública. Políticas Públicas. Direito Administrativo. Direito Financeiro. Direito Econômico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Apresentação do curso. Plano geral do Direito Público.
2. Direito Público *vs.* Direito Privado.
3. O Estado e seu funcionamento.
4. A Administração Pública.
5. A Administração Pública e seu direito: o Direito Administrativo.
6. Da Constituição ao Direito Administrativo.
7. Princípios Constitucionais da Administração Pública.
8. Noções básicas de Ato Administrativo.
9. Poderes Administrativos.
10. Agentes Públicos.
11. Serviços Públicos.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U. nº 126, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

12. Responsabilidade Civil do Estado.
13. Controle da Administração Pública.
14. Processo Administrativo.
15. Improbidade Administrativa.
16. A Administração Financeira do Estado.
17. Políticas públicas e o direito.
18. Noções de Direito Econômico e regulação.
19. Conclusões do curso.

METODOLOGIA DE ENSINO:

A disciplina será desenvolvida através de **aulas expositivas** dialogadas, de trabalhos individuais e em sala de aula para fomentar a confrontação de idéias e de aprendizado, além de **seminários facultativos**.
As atividades seguiram sempre o sistema de apresentação liminar superficial da matéria, com movimentos de aprofundamento em cada tema.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

Indicação de leituras. Discussão de casos. Seminários facultativos. Grupo de Estudos com reflexão sobre textos e casos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

Avaliações bimestrais e trabalhos individuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Ed.Atlas. São Paulo. 2001.

OUTRAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS:

FIGUEIREDO. Lúcia do Valle. Curso de Direito Administrativo. Malheiros. São Paulo.

MARÇAL, Justen F,. Curso de Direito Administrativo. Saraiva. São Paulo.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. Ed.Malheiros. São Paulo.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Elementos de Direito Administrativo. São Paulo. Malheiros.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros. São Paulo.

Além de outras obras e textos que serão recomendados no transcorrer do curso.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

PÁGINAS ELETRÔNICAS:

www.scielo.br
www.raul.pro.br
www.stj.gov.br
www.stf.gov.br
www.cjf.gov.br
www.ibda.com.br
www.ibdc.com.br
www.ibdt.com.br

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARDOSO Jr., Nerione N., Hannah Arendt e o declínio da esfera pública. Senado Federal. Brasília.

CAETANO, Marcelo. Manual de Direito Administrativo. Coimbra Editora. Lisboa.

CRETELLA Jr., José. Tratado de Direito Administrativo. Forense. Rio de Janeiro.

DWORKIN, Ronald. Uma questão de princípio. Martins Fontes: São Paulo.

GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto São Paulo. Malheiros.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito.

MELLO, Osvaldo Aranha Bandeira de. Princípios Gerais de Direito Administrativo. Forense. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Responsabilidade Fiscal.Ed.RT. São Paulo.

_____. Ato administrativo. Ed.RT. São Paulo.

_____. Manual de Direito Financeiro. Ed.RT. São Paulo.

Além de outras obras e textos que serão recomendados no transcorrer do curso.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 125, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	SEMESTRE		ANO
DIREITO TRIBUTÁRIO	3ª		1º	2º	2008

DOCENTE RESPONSÁVEL (EIS): Prof. Marcos Simão Figueiras

CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO/PRA
144 hs	04 hs	100%	-------	100%

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS: Fornecer aos alunos os conhecimentos fundamentais que permitam ao mesmos compreender os institutos fundamentais do direito tributário, os princípios constitucionais tributário e o sistema tributário nacional, possibilitando um aprofundamento futuro na disciplina, aos interessados.

EMENTA: Direito Tributário – Tributos - Princípios tributários – Legislação Tributária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I - DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

1. Conceitos de Direito Financeiro e de Direito Tributário.
2. O Direito Tributário como ramo do Direito Público.
3. A autonomia do Direito Tributário e do Direito Financeiro.
4. Relações do Direito Tributário com outras disciplinas.
5. A codificação do Direito Tributário.

II - FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. As fontes reais e formais do Direito Tributário.
2. Fontes principais do Direito Tributário.
3. Fontes complementares do Direito Tributário.

III - OS TRIBUTOS E SUAS ESPÉCIES

1. Conceito de tributo.
2. O tributo e suas espécies.
3. A determinação da natureza jurídica específica do tributo.
4. Classificação jurídica dos tributos.
5. As espécies de tributo
   5.1- O Imposto
   5.2- A taxa
   5.3- A Contribuição de Melhoria
   5.4- Os Empréstimos Compulsórios

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

5.5- As Contribuições Especiais

IV - SISTEMA TRIBUTÁRIO E DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS

1. Noções gerais sobre sistema tributário.
2. Histórico do sistema tributário brasileiro.
3. Requisitos do sistema tributário.
5. Características do atual sistema tributário nacional
   5.1 – as principais alterações introduzidas pela denominada "Reforma Tributária"
6. Discriminação de rendas.
7. Discriminação por produto.

V - LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR.

1. O Estado de Direito e o poder de tributar.
2. Princípios tributários expressos.
3. Princípios tributários implícitos.
4. Outros princípios jurídicos a que se submete o sistema tributário.

VI - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noções gerais sobre a legislação tributária.
2. A vigência da lei tributária no espaço e no tempo.
3. A aplicação da legislação tributária.
4. Interpretação da legislação tributária.
5. Integração da legislação tributária.

VII - OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. A natureza obrigacional da relação jurídico-tributária.
2. A obrigação tributária.
3. O fato gerador.
4. O sujeito ativo da obrigação tributária.
5. O sujeito passivo da obrigação tributária.
6. Domicílio tributário.
7. Responsabilidade tributária.
8. A solidariedade passiva.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 105 de 07/07/2020

VIII - CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Noções de crédito.
2. A constituição do crédito tributário.
3. Suspensão do crédito tributário.
4. Extinção do crédito tributário.
5. Exclusão do crédito tributário.
6. Garantias e privilégios do crédito tributário.

IX - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Digitalizado com C

1. A fiscalização e administração tributária.
   1.1 – Os poderes da Fazenda e os direitos do contribuinte
   1.2 – O Mandado de Procedimento Fiscal e suas espécies
2. Dívida ativa tributária.
3. Certidões tributárias.
   3.1 – Certidões negativas
   3.2- Certidões positivas

METODOLOGIA DE ENSINO:

Aulas expositivas, discussões em classe e periodicamente, sempre que possível, utilização de recursos audiovisuais.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES: Trabalhos em grupos e pesquisas de manifestações jurisprudenciais.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: Avaliações individuais e trabalhos individuais ou em grupo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARO, Luciano da Silva. Curso de Direito Tributário. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. At. Misabel Abreu Machado Derzi. 11. ed. 14ª. Tiragem. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CASSONE, Vittorio. Direito Tributário. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: RT, 2007.

ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio F. da. Manual de Direito Financeiro e Direito Tributário. 21. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

Constituição Federal devidamente atualizada

Constituição do Estado de São Paulo, atualizado.

Digitalizado com C

Código Tributário Nacional – Lei Federal no 5.172/66, atualizado.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Assinatura
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA — UNIARA
PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

CURSO: CIÊNCIAS JURÍDICAS **ANO:** 2009

DEPARTAMENTO: DIREITO

DOCENTE RESPONSÁVEL: EDIVALDO RAVENNA PICAZO

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	CARGA HORÁRIA
DIREITO ADMINISTRATIVO	4ª		72 hs

OBJETIVOS:

Estudar a Administração Pública em seu desenvolvimento histórico, estrutura, organização, poderes, atividades e procedimentos, enfatizando as relações jurídicas com as quais busca concreta, direta e imediatamente realizar os fins do Estado. Na esteira desses objetivos buscar-se-á situar o operador do direito frente a Administração Pública Brasileira apresentando-lhe as diversas perspectivas em que poderá atuar seja como orientador de ações administrativas ou como inibidor de abusos por meio dos remédios constitucionais e processuais disponíveis

EMENTA:

Filosofia da Administração Pública e seu desenvolvimento estrutural. Atos Administrativos e suas implicações jurídicas sobre o bem estar social. Licitação como instrumento de moralidade pública. Contrato Administrativo e suas várias formas de expressão. Intervenção do Estado na propriedade e sua importância nas relações privadas e públicas. O Estatuto da Cidade e sua importância na organização urbana

4º ANO

5 – ATOS ADMINISTRATIVOS

5.1 - Conceito

5.2 – Elementos e requisitos do ato administrativo

5.3 - Ato e fato administrativo

5.4 - Atributos do ato administrativo

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 126, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

5.5 – Eficácia do Ato Administrativo

5.5.1 – Ato perfeito

5.5.2 – Ato válido

5.5.3 – Ato eficaz

5.6 - Classificação dos atos administrativos

5.7 – Atos Administrativos em espécie

5.8 – Exteriorização dos Atos Administrativos

5.9 – Procedimento Administrativo

5.10 – Vinculação e Discricionariedade

5.11 – Extinção dos atos administrativos

1 - LICITAÇÃO

1.1 - Conceito

1.2 - Objeto

1.3 - Princípios

1.4 - Legislação

1.5 - Obrigatoriedade. Dispensa. Inexigibilidade

1.6 - Modalidades

1.7 – Procedimento licitatório

1.8 – Anulação, revogação e desistência

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 125, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

1.9 – Recursos

1.10 - Controle

2 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

2.1 - Conceito

2.2 - Contrato da Administração e contrato administrativo

2.3 - Características

2.4 - Legislação pertinente

2.5 – Modalidades

2.5.1 - Obra pública

2.5.2 - Prestação de serviços

2.5.3 – Fornecimento

2.5.4 – Concessão

2.5.4.1 – Concessão de Uso

2.5.4.2 – Concessão de Obra

2.5.4.2 – Concessão de Serviço

2.5.5 – Contrato de Gestão

2.5.6 – Convênio

2.5.7 – Consórcios

2.5.8 - Parcerias

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

2.6 - Formalização do contrato administrativo

2.7 - Execução e controle

2.8 – Sanções Administrativas

2.9 - Alteração e extinção do contrato administrativo

2.9.1 – Fato do Príncipe

2.9.2 – Fato da Administração

2.9.3 – Teoria da Imprevisão

2.9.4 – Rescisão do Contrato Administrativo

2.10 - Controle

3 – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE

3.1 – Conceito

3.2 – Meios de intervenção

3.2.1 – Limitação Administrativa

3.2.2 – Ocupação temporária

3.2.3 – Servidão Administrativa

3.2.4 – Tombamento

3.2.5 – Requisição

3.2.6 – Parcelamento e Edificação Compulsória

3.2.7 – Desapropriação

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

3.2.7.1 – Conceito e objeto

3.2.7.2 – Competência

3.2.7.3 – Requisitos

3.2.7.4 – Aquisição originária

3.2.7.5 – Retrocessão – Tredestinação – Desistência

3.2.8 – Espécies de desapropriação

3.2.9 – Procedimento expropriatório

3.2.10 – Imissão de Posse

3.2.11 – Controle

4 – INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

4.1 – Tratamento Constitucional da Ordem Econômica

4.2 – Princípios constitucionais gerais da atividade econômica

4.3 – Exploração direta da atividade econômica pelo Estado

4.4 – O Estado regulador

4.5 – Atribuições do Conselho de Administração e Desenvolvimento Econômico

5 – BENS PÚBLICOS

5.1 Conceito

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 105 de 07/07/2020

Digitalizado com C

5.2 Classificação

5.3 Afetação e desafetação

5.4 Regime Jurídico

5.5 Administração do bem público

5.6 Aquisição de bens públicos

5.7 Utilização especial de bens públicos por particulares

5.7.1 Autorização

5.7.2 Permissão de uso

5.7.3 Concessão de uso

5.7.4 Concessão de direito real de uso

5.8 Espécies de bens públicos

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

9 – ESTATUTO DA CIDADE

9.1 – Legislação: Lei 10.257/2001

9.2 – Diretrizes Gerais

9.3 – Instrumentos da Política Urbana

9.3.1 – Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios

9.3.2 – IPTU progressivo no tempo

9.3.3 – Desapropriação com pagamento em títulos

Digitalizado com C

9.3.4 – Usucapião especial de imóvel urbano

9.3.5 – Concessão de uso especial para fins de moradia

9.3.6 – Direito de superfície

9.3.7 – Direito de preempção

9.3.8 – Outorga onerosa do direito de construir

9.3.9 – Operações urbanas consorciadas

9.3.10 – Transferência do direito de construir

9.3.11 – Estudo de impacto de vizinhança

9.4 – Plano Diretor

9.5 - Gestão Democrática da cidade

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Realização de trabalhos sobre questões relevantes e atuais, relacionadas com a matéria em estudo, de acordo com o programa proposto. Também se buscará, conforme as possibilidades regimentais da Universidade, a realização de palestras com juristas de notória especialização em determinadas áreas do Direito Administrativo

METODOLOGIA DE ENSINO:

Aulas expositivas e seminários possibilitando interação dentro da sala de aula, buscando-se fomentar o conhecimento e interesse sobre os diversos temas da disciplina. Buscar-se-á, outrossim, despertar, prioritariamente, o senso crítico do discente, instigando-o a pesquisa doutrinária e jurisprudencial.

CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

Provas objetivas, dissertativas, buscando avaliar o conhecimento adquirido e a capacidade de reflexão do aluno diante das questões nacionais e internacionais ligadas a área do Direito Administrativo. As questões da prova serão comentadas e discutidas

Digitalizado com C

com os alunos possibilitando sua auto-avaliação e conscientização quanto ao desenvolvimento em torno da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo.** 9 ed., São Paulo: Saraiva, 2008

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2008

PIETRO, Maria Sylvia Zanella de. **Direito Administrativo**. 15 ed.,São Paulo: Atlas, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006

MELLO, Celso A. Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros. 2006

MELO, José Tarcizio de Almeida. **Reformas administrativas, previdenciária e do Judiciário.** Belo Horizonte: Del Rey, 1999

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**. RJ: Forense, 2006

MUKAI, Toshio, **Direito Administrativo Sistematizado**, São Paulo: Saraiva, 2006

MUKAI, Toshio, **O Estatuto da Cidade**. São Paulo: Saraiva, 2002

PEREZ, Augusto Martinez cood. **Transformações do Estado: Caráter das Mudanças**. Franca: UNESP-FHDSS, 1998

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	SEMESTRE		ANO
Metodologia Elaboração da Pesquisa Científica	4ª	CJU-40	1º	-	2009

DOCENTE RESPONSÁVEL: Prof Dr. Edmundo Alves de Oliveira

CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO/PRA
36 hs	02 hs	-	-	36

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS:

1. Promover o conhecimento por parte do aluno, do regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Direito com todos os seus capítulos e parágrafos, evidenciando a elaboração e o desenvolvimento do projeto de pesquisa e, num momento posterior, da monografia jurídica.
2. Apresentar todas as normas metodológicas exigidas para a elaboração do projeto de pesquisa, apresentando e discutindo cada um de seus capítulos.
3. Possibilitar a escolha do orientador do projeto de pesquisa através de um processo de interdisciplinaridade entre as disciplinas do curso de Direito.
4. Organizar a elaboração do trabalho científico, começando pelo tema, passando pela explicação de como se produzir uma monografia na graduação, apresentando as técnicas de pesquisa bibliográfica, leitura, fichamento, redação, etc., chegando até a demonstrar como é que o candidato deve comportar-se perante a banca examinadora.

EMENTA:
Trabalho Científico, A Importância da Escolha do Tema e do Orientador. Os Tipos Possíveis de Monografias. A Leitura e Elaboração dos Relatórios de Leituras. Estrutura Metodológica e Científica do Projeto de Pesquisa. O Sumário Prévio da Monografia Jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:
1. Ciência e o Trabalho Científico.
2. As Características do Trabalho Científico nas Ciências Sociais.
3. O Direito como uma Ciência Social Aplicada
4. O Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Direito: A Monografia Jurídica.
5. A Importância da Escolha do Tema e do Orientador.
   2.1. As sete regras para a escolha do tema.
6. Os Tipos Possíveis de Monografias.
   3.1. Monografia de Compilação, de Pesquisa de Campo, e Científica.
7. Estrutura Metodológica e Científica do Projeto de Pesquisa.
   3.2. Pré-Texto,
   3.3. Texto, e
   3.4. Pós-Texto.
8. O Pré-Texto do Projeto de Pesquisa.
   3.5. Capa,
   3.6. Página de Rosto,

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

3.7. Agradecimentos,
3.8. Sumário, e
3.9. Listas de figuras, Tabelas, Gráficos e Fotografias.
4. O Texto do Projeto de Pesquisa.
4.1. Titulo do projeto,
4.2. Delimitação do Tema e do Problema,
4.3. Apresentação das Hipóteses,
4.4. Explicitação do Quadro Teórico,
4.5. Indicação dos Procedimentos Metodológicos e Técnicos da Pesquisa, e
4.6. Cronograma de Desenvolvimento das Atividades.
5. O Pós-Texto do projeto de Pesquisa.
5.1. Referências Bibliográficas Básicas,
7.2. Anexos, e
6. O Sumário Prévio da Monografia.
6.1. A Elaboração da estrutura de Capítulos da Monografia.
7. A Defesa da Monografia Jurídica Perante a Banca Examinadora
7.1. A Função e a Importância do Orientador e a Composição da Banca Examinadora

METODOLOGIA DE ENSINO:

1. As aulas serão desenvolvidas através de exposições e debates de contextualização acerca dos temas examinados, sendo, portanto, a leitura prévia obrigatória.
2. Atividades escritas e/ou orais sobre temas pertinentes ao campo de estudo.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

1. Atividades Complementares entre as disciplinas do Curso de Direito, visando um processo de Complementaridade entre a disciplina e os projetos de pesquisas desenvolvidos pelos alunos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

1. Elaboração e Apresentação do Projeto de Pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BASICA:

BRUNI, José Carlos, ANDRADE, José Aluysio Reis de. ***Introdução às Técnicas do Trabalho Intelectual*** Araraquara: Unesp, 1986. (mimeo).
NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. ***Manual da Monografia Jurídica***. São Paulo: Saraiva, 2009.
OLIVEIRA, Edmundo Alves. **Manual para a elaboração do projeto e da monografia científica.** 2009. Uniara (mimeo).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEITE, Eduardo de Oliveira. ***A Monografia Jurídica***. 3ª Edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.
SEVERINO, Antonio Joaquim Severino. ***Metodologia do Trabalho Científico***. 20ª Edição, São Paulo: Cortez, 2008.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS:

O Direito do Consumidor se constitui em um ramo autônomo da ciência jurídica acarretando a formação de um micro-sistema próprio no ordenamento legal, composto de grandes áreas jurídicas que se relacionam para formar um ideal de proteção ao consumidor, através de uma norma central importantíssima – o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que obriga o alunado a ter uma visão ampla e sistêmica do Direito do Consumidor em razão de sua complexidade. Para tanto, a presente disciplina alinha como objetivos centrais:

a) tornar o alunado capaz de compreender o Direito do Consumidor de forma ampla, e de perceber a correspondência entre o Direito Consumidor e os grandes ramos do ordenamento jurídico que deitam raízes na proteção jurídico-legal ao consumidor, tais como o Direito Penal, o Direito Civil, o Direito Administrativo, o Direito Processual, e, sem dúvida, o Direito Constitucional;

b) transmitir ao alunado a importância do sistema de consumo na atualidade, com a quebra da visão arcaica de que o consumidor seria apenas um elemento simples da ordem econômica vigente, e ao mesmo tempo, mostrar a correlação entre os direitos dos consumidores e o próprio exercício da cidadania, em razão de sua aplicação extremamente frequente nas relações humanas cotidianas de vida em sociedade;

c) demonstrar aos alunos e alunas que o Direito do Consumidor não representa apenas um conjunto de normas voltadas para embalagens ou reparos de produtos, representando um conjunto normativo bem mais amplo e próximo da sociedade, presente cotidianamente na vida das pessoas, o que somente indica a importância crescente do conhecimento dessa disciplina para o bacharelado.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

EMENTA:

Direito do Consumidor – Introdução e estrutura do Código de Defesa do Consumidor. A relação jurídica de consumo – elementos subjetivos (*consumidor, coletividade de consumidores e fornecedor*) e elementos objetivos (*produtos e serviços*). A Política Nacional das Relações de Consumo – princípios, instrumentos e direitos básicos dos consumidores. Regras de extensão e solidariedade. Regras de qualidade e segurança. Responsabilidade pelo fato dos produtos e dos serviços. Responsabilidade pelo vício dos produtos e dos serviços. Prescrição e decadência no Direito do Consumidor. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais no Direito do Consumidor – oferta, publicidade, práticas abusivas, cobranças de dívidas e arquivos de consumo. Proteção contratual – regras gerais, cláusulas abusivas, regras especiais e contrato de adesão. Defesa do consumidor em Juízo; Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 125, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

I – Direito do Consumidor – Parte Geral

1. Introdução;
2. Visão Geral do Código de Defesa do Consumidor;
3. Importância da Lei no. 8.078/90;
4. A relação jurídica de consumo e seus elementos subjetivos (consumidor, coletividade de consumidores, fornecedor) e elementos objetivos (produto e serviço).
5. A Política Nacional das Relações de Consumo – princípios, instrumentos e direitos básicos dos consumidores;
6. Regras de extensão e de solidariedade;

II – Direito do Consumidor – Parte Especial.

1. Qualidade dos produtos e serviços – prevenção e reparação de danos;
2. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço;
3. Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço;
4. Decadência e prescrição no Direito do Consumidor;

Digitalizado com C

5. Desconsideração da Personalidade Jurídica.

III. Das Relações Jurídicas de Consumo – Proteção Jurídica ao Mercado de Consumo:

1. Práticas comerciais – introdução e importância para o estudo do Direito do Consumidor;
2. Oferta;
3. Publicidade;
4. Práticas abusivas;
5. Cobrança de dívidas;
6. Bancos de dados e cadastros de consumidores.

IV – Das Relações Jurídicas de Consumo – Proteção Jurídica Contratual.

1. Regras gerais;
2. Cláusulas abusivas;
3. Regras especiais e contrato de adesão.

V - Defesa do Consumidor em Juízo;

1. Disposições gerais;
2. Ações coletivas – defesa de interesses individuais homogêneos;
3. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços;
4. Coisa julgada no Direito do Consumidor.

VI - Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

1. Observações principais;
2. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
3. Convenção coletiva de consumo.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 120, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

METODOLOGIA DE ENSINO:

- Aulas expositivas participativas;

- Proposição de exercícios;

- Pesquisa orientada;

- Estudo de casos práticos e textos.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

- Pesquisa de normas, doutrina e jurisprudência.

- Exercícios Práticos.

- Debates em grupo sobre as questões propostas.

- Redação de textos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 123, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

- aulas expositivas com participação dos alunos;

- Média final para aprovação: 6,0 (seis);

- provas bimestrais (duas), e uma substitutiva ao final do semestre, concedida apenas em razão de justificada ausência do(a) aluno(a) às provas regulares, motivada por causa médica, devidamente atestada.

- trabalhos em grupo, com estudo de casos simulados, para aplicação prática dos estudos teóricos, com atribuição de notas complementares ao contexto de avaliação bimestral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

a) **GRINOVER,** Ada Pelegrini et al - "Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto" – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001.

b) **MARQUES,** Cláudia Lima - "Comentários ao Código de Defesa do Consumidor / Cláudia Lima Marques, Antônio Herman V. Benjamin e Bruno Miragem – 2ª ed. rev. atual. ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

Digitalizado com C

c) **NUNES**, Luiz Antonio Rizzatto, - "Curso de Direito do Consumidor"- São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

a) **MARQUES,** Cláudia Lima - "Contratos no Código de Defesa do Consumidor", 4ª ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

b) **ALMEIDA,** João Batista de - "A Proteção Jurídica do Consumidor", 4ª ed. rev. atual. – São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

c) **GUIMARÃES,** Paulo Jorge Scartezzini – "Vícios do Produto e do Serviço por Qualidade, Quantidade e Insegurança", São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

d) **FILOMENO,** José Geraldo Brito, in "Manual de Direitos do Consumidor" - 5ª. ed. - São Paulo: Editora Atlas, 2.001.

e) **NUNES,** Luiz Antonio Rizzatto, in "O Código de Defesa do Consumidor e sua Interpretação Jurisprudencial" – 2ª ed. – São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

f) **NUNES,** Luiz Antonio Rizzatto, in "Comentários ao Código de Defesa do Consumidor" - São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

f) **THEODORO JR,** Humberto, in "Direitos do Consumidor" - Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.

g) **EFING,** Antonio Carlos, in "Contratos e Procedimentos Bancários à Luz do Código de Defesa do Consumidor" – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

h) **OLIVEIRA,** Celso Marcelo, *in* "Contratos e Serviços Bancários e a Normatização de Defesa do Consumidor" – Campinas/SP: LZN Editora, 2003.

i) **LUCCA,** Newton de, *in* "Aspectos Jurídicos da Contratação Informática e Telemática" – São Paulo, Saraiva, 2003.

j) **SIMÃO,** José Fernando, *in* "Vícios do Produto no Novo Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor" – São Paulo: Atlas, 2003.

l) **PEREIRA,** Agostinho Oli Koppe, *in* "Responsabilidade Civil por Danos ao Consumidor Causados por Defeitos dos Produtos" – Porto Alegre/RS: Editora Livraria do Advogado, 2003.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 118, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

m) **DONNINI,** Rogério Ferraz, *in* "Responsabilidade Pós-Contratual no Novo Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor" – São Paulo: Saraiva, 2004.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA — UNIARA

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

CURSO: **DIREITO** ANO: **2010**

DEPARTAMENTO: **CIÊNCIAS JURÍDICAS – CJU**

DOCENTE RESPONSÁVEL: **CRISTIANE AMARAL DE OLIVEIRA GERTEL**

DISCIPLINA:	SÉRIE	CÓDIGO	CARGA HORÁRIA
DIREITO INTERNACIONAL	**5ª**	**CJU-38**	**80 hs**

OBJETIVOS:

- Apresentar ao aluno os temas relevantes do Direito Internacional Público e Privado.
- Em Direito Internacional Público, abordar temas como a sociedade internacional, os Estados, as Organizações Internacionais, os blocos econômicos regionais e os tratados internacionais.
- Em Direito Internacional Privado, analisar a parte geral da matéria, passando pela disciplina dos conflitos de normas, e estudar aspectos do Direito do Comércio Internacional.

EMENTA:

- O programa será estudado considerando-se que a interação entre os Estados exige do profissional do Direito o conhecimento do Direito Internacional.
- O curso busca fornecer ao aluno elementos para compreensão e análise crítica dos fenômenos que norteiam a realidade mundial, surgidos como conseqüência da globalização e da regionalização da economia, como a formação de blocos econômicos e os tratados internacionais.
- O aluno trabalhará, ainda, os contratos internacionais do comércio, tendo-se em vista sua crescente utilização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Conceito. Importância.
2. Relação entre Direito Internacional e Direito Interno.
3. Sujeitos Internacionais.
4. Sociedade Internacional.
5. Fontes do Direito Internacional.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 126, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

6. Tratados Internacionais.

7. Estado. Nascimento. Reconhecimento. Extinção. Sucessão.

8. Território do Estado.

9. Órgãos de Relação Externa.

10. Dimensão Pessoal do Estado: Nacionalidade, Condição Jurídica do Estrangeiro (deportação, expulsão, extradição, asilo político).

11. Responsabilidade Internacional do Estado.

12. Organizações Internacionais.

13. Direito da Integração.

14. Mercosul. União Européia. ALCA.

15. Litígios Internacionais. Formas de Solução Pacífica e Violenta. Guerra. Terrorismo Internacional.

16. Arbitragem Internacional.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

17. Conceito. Importância.

18. Normas de Direito Internacional Privado.

19. Lei de Introdução ao Código Civil.

20. Conflitos de 1° Grau e de 2° Grau.

21. Elementos de Conexão.

22. Direito Comercial Internacional.

23. *Lex Mercatoria*.

24. Contratos Internacionais. Incorporação de Lei Estrangeira.

25. Autonomia da vontade e Liberdade Contratual.

26. Lei Regente e Foro de Eleição.

27. *Incoterms*.

METODOLOGIA DE ENSINO:

Aulas expositivas e seminários. Discussão dos Institutos e a sua repercussão na área jurídica.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.° 210 de 25/06/2020
D.O.U n° 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- Pesquisa de Jurisprudência

- Doutrina

CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

Prova escrita e atividades de pesquisa individual e em grupo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E. do Nascimento. **Manual de Direito Internacional Público**.São Paulo: Editora Saraiva.

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (coord.). **Direito do Comércio Internacional – Aspectos Fundamentais**. São Paulo: Lex Editora.

BREGALDA, Gustavo. **Direito Internacional Público & Direito Internacional Privado**. Editora Atlas.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de Direito Internacional Público**. Editora Forense.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Direito Internacional Privado**. Editora Forense.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado – Parte Geral**. Rio de Janeiro: Editora Renovar.

ENGELBERG, Esther. **Contratos Internacionais do Comércio**. São Paulo: Editora Atlas.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora LTR.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público – Curso Elementar**. São Paulo: Editora Saraiva.

STRENGER, Irineu. **Direito Internacional Privado**. São Paulo: Editora LTR.

AMORIM, Edgar Carlos de. **Direito Internacional Privado**. Editora Forense.

ARAUJO, Luiz Alberto David e NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Saraiva.

BARRAL, Welber (org.). **O Brasil e a OMC**. Curitiba: Juruá Editora.

BORGES, José Souto Maior. **Curso de Direito Comunitário**. São Paulo: Editora Saraiva.

CRETELLA NETO, José. **Curso de Arbitragem**. Editora Forense.

CRETELLA NETO, José (organizador). **Coletânea de Tratados e Normas Internacionais**. Volumes I e II. Editora Forense.

DINIZ, Maria Helena. **Lei de Introdução ao Código Civil Interpretada**. São Paulo: Editora Saraiva.

LITRENTO, Oliveiros. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Editora Forense.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Renovar. Volumes I e II.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado – Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Saraiva.

SOARES, Guido Fernando da Silva. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Editora Atlas.

SPÍNOLA, Vera. **Let's Trade in English**. Editoras Aduaneiras e Lex.

TEIXEIRA, Carla Noura. **Direito Internacional – público, privado e dos direitos humanos**. Coleção Roteiros Jurídicos. Editora Saraiva.

VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges, **Regulamentação no Comércio Internacional – Aspectos Contratuais e Implicações Práticas**. Editora Aduaneiras.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE		ANO
FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	5ª		2º	2010

DOCENTE RESPONSÁVEL: CARLOS EDUARDO DE FREITAS FAZOLI

CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO/PRA
40 hs	02 hs			

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS:

O estudo da Disciplina Filosofia Geral e Jurídica é de suma importância para uma perfeita compreensão da sociedade atual e das suas necessidades. O estudo é imprescindível para o operador do Direito. A imperiosa carência de uma formação humanística torna essencial o conhecimento das premissas básicas da filosofia.

Nessa linha, o curso de Filosofia Geral e Jurídica tem por objetivos:

A) Proporcionar ao aluno a perfeita compreensão da Filosofia Geral e Jurídica, incluindo sua base teórica;

B) Possibilitar uma visão sistêmica da Filosofia e sua relação com o mundo jurídico;

C) Desenvolver o aluno para a realização de análise críticas, superando o "velho" modelo da mera apreensão de conteúdo.

EMENTA: DIREITOS HUMANOS. Noções preliminares. Evolução. Dignidade da pessoa humana. O Estado de direitos humanos. Princípios, regras e ponderação. Os direitos humanos na Constituição de 1988. Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos. Sistema de proteção dos direitos humanos. O papel do Estado. Os desafios da modernidade.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Noções introdutórias.
2. História da filosofia.
3. Interpretação do Direito e Hermenêutica filosófica.
4. O conceito de Justiça.
5. Direito, moral e equidade.
6. Ética e valores.

METODOLOGIA DE ENSINO:

- Aulas expositivas;
- Análise de textos específicos;
- Seminários.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

- Resolução de exercícios;
- Debates em grupos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

- Provas bimestrais;
- Participação do aluno em sala de aula;
- Atividades de pesquisa individual e em grupo;
- Participação em seminários.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.

2. FERRAZ JR, Tércio Sampaio. **Estudos de Filosofia do Direito**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

3. REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Digitalizado com C

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do direito** – uma crítica a verdade na ética e na ciência. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

2. BITTAR, Eduardo. **Curso de filosofia do direito**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

3. COELHO, Inocencio Martires. **Da hermenêutica filosófica à hermenêutica jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2010.

4. GADAMER, Hans-georg. **Verdade e método – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis, RJ: Vozes.

5. MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. Boitempo Editorial, 2010.

6. MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do direito**. São Paulo: Atlas, 2010.

7. NADER, Paulo. **Filosofia do direito**. 19. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

8. PERELMAN, Chain. **Ética e direito**. Martins Editora.

9. ROBERT, Alexy. **Direito razão discurso – estudos para filosofia do direito**. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2010.

10. SILVA, Ivan de Oliveira. **Filosofia direito** – série leituras jurídicas. São Paulo: Atlas, 2010.

11. WAYNE, Morrison. **Filosofia do direito – dos gregos ao pós-modernismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SITES

http://www.fazoli.com.br – Site do Prof. Carlos Eduardo de Freitas Fazoli

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

EM BRANCO

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	SEMESTRE		ANO
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	5ª		1º	-	2010

DOCENTE RESPONSÁVEL: CARLOS EDUARDO DE FREITAS FAZOLI

CARGA HORÁRIA TOTAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO/PRA
40 hs	02 hs			40hs

PLANO DE ENSINO

OBJETIVOS:

O estudo dos Direitos Humanos é de suma importância para uma perfeita compreensão da sociedade atual e das suas necessidades. O estudo é imprescindível para o operador do Direito. A imperiosa carência de uma formação humanística torna essencial o conhecimento daqueles direitos que são fundamentais para o ser humano.

Nessa linha, o curso de Direitos Humanos e Cidadania tem por objetivos:

A) Proporcionar ao aluno a perfeita compreensão dos direitos humanos, incluindo sua base teórica e a correta utilização da terminologia jurídica;

B) Possibilitar uma visão sistêmica de todo o conjunto normativo referente aos direitos humanos;

C) Entender as normas materiais sobre direitos humanos, bem como todo o respectivo sistema de proteção (nacional e internacional);

C) Inserir os fundamentos da hermenêutica constitucional (filosófica) e dos princípios ao lado das questões teóricas, possibilitando uma visão conteudística sob a ótica do princípio da dignidade da pessoa humana e na esteira do neoconstitucionalismo;

D) Desenvolver o aluno para a realização de análise críticas, superando o "velho" modelo da mera apreensão de conteúdo.

EMENTA: DIREITOS HUMANOS. Noções preliminares. Evolução. Dignidade da pessoa humana. O Estado de direitos humanos. Princípios, regras e ponderação. Os direitos humanos na Constituição de 1988. Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos. Sistema de proteção dos direitos humanos. O papel do Estado. Os desafios da modernidade.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Lenza, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Direito constitucional.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Método, 2009.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 5. ed. São Paulo: Max Limonad, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALEXY, Robert. ***Teoría de los derechos fundamentales***. Madrid: Centro de Estudios Políticos Y Constitucionales, 2002.

ALMEIDA, Guilherme Assis; APOLINÁRIO, Silvia Menicucci de Oliveira Selmi. **Direitos humanos**. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais**: o princípio da dignidade da pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de direito constitucional contemporânco.** São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **A nova interpretação constitucional.** 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas.** 9. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

_____. **Interpretação e aplicação da constituição.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de. A distinção estrutural entre princípios e regras e sua importância para a dogmática jurídica: resposta às objeções de Humberto Ávila ao modelo de Robert Alexy. *In*: Revista **Trimestral de Direito Civil**, vol. 12, nº 03, p. 153-168. Rio de Janeiro: Jurídica, out./dez. 2002.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional**. Coimbra: Almedina.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FAZOLI, Carlos Eduardo de Freitas. Princípios jurídicos. *In*: **Revista Uniara**, v. 20, p.13-29. Araraquara: 2007.

_____; RIPOLI, Danilo César Siviero. Direitos Fundamentais: a inexistência de discrionariedade na sua prestação. *In*: GÖTTEMS, Claudinei Jacob; SIQUEIRA, Dirceu Pereira. (Org.). **Direitos Fundamentais: da normatizaão à efetividade nos 20 anos da Constituição Brasileira.** Birigui: Boreal, 2008, p. 01-21.

_____; O direito fundamental ao procedimento adequado: o procedimento interdital como garantia de inclusão social. *In*: ALÁRCON, Pietro de Jesus Lora; NUNES, Lydia Neves Bastos Telles. (Org.). **Constituição e Inclusão Social.** Bauru - SP: Edite, 2007, p. 171-192.

FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Normas constitucionais programáticas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional.** 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1991.

KRELL, Andreas Joachim. **Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha**: os (des)caminhos de um direito constitucional "comparado". Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2002.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo jurídico do princípio da igualdade.** 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. t. I a VII. Coimbra: Coimbra Editora.

MUÑIZ, Joaquín Rodríguez-Toubes. ***Princípios, fines y derechos fundamentales***. Madrid: Dykinson, 2000.

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Direitos humanos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ROTHENBURG, Walter Claudius. **Princípios constitucionais**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

Silva, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

STRECK, Lênio Luiz. Quinze anos da Constituição: análise crítica da jurisdição constitucional e

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

das possibilidades hermenêuticas de concretização dos direitos fundamentais-sociais. *In*: SCAFF, Fernando Facury (org.). **Constitucionalizando direitos**: quinze anos da Constituição brasileira de 1988. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

_____. **Jurisdição constitucional e hermenêutica**: uma nova crítica do Direito. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. **Verdade e consenso**: Constituição, hermenêutica e teorias discursivas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

TEMER, Michel. **Elementos de direito constitucional**. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

SITES

http://www.onu-brasil.org.br/ – Organização das Nações Unidas no Brasil

http://www.unesco.org/pt/brasilia/ – UNESCO

http://www.corteidh.or.cr/ – Corte Interamericana de Direitos Humanos

http://www.oas.org/pt/sobre/comissao_direitos_humanos.asp – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

http://www.oab.org.br/revistacndh/mainnovo.html – OAB CONSELHO FEDERAL – REVISTA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS

http://www.stf.gov.br – Supremo Tribunal Federal

http://www.planalto.gov.br – Presidência da República

http://www.mp.sp.gov.br – Ministério Público do Estado de São Paulo

http://www.pgr.mpf.gov.br – Ministério Público Federal

http://www.tj.sp.gov.br – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

http://www.jf.jus.br – Justiça Federal

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 125, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

EM BRANCO

Digitalizado com C

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Direitos Humanos
2. Noções preliminares, objetivo do curso e importância do tema para o profissional do Direito
3. Evolução filosófica e constitucional da tutela da pessoa humana.
4. Dignidade da pessoa humana
5. O Estado de direitos humanos: princípios estruturantes
6. Princípios, regras e ponderação na aplicação dos direitos humanos
7. Os direitos humanos na Constituição de 1988
8. A tripla dimensão da intolerância (social, religiosa e política)
9. Garantia e defesa da cultura na vida
10. Vinculação à internacionalização da tutela dos direitos humanos
11. Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos incorporados pelo ordenamento brasileiro. Conflito com as normas constitucionais
12. Sistema de proteção dos direitos humanos
13. O papel do Estado e a reserva do possível
14. A perversão da sociedade de informação
15. Os desafios da modernidade ao Estado de direitos humanos

METODOLOGIA DE ENSINO:

- Aulas expositivas;

- Análise de textos específicos;

- Estudos de casos práticos;

- Análise jurisprudencial.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

- Pesquisa doutrinária e jurisprudencial;

- Resolução de exercícios;

- Debates em grupos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

- Provas bimestrais;

- Participação do aluno em sala de aula;

- Atividades de pesquisa individual e em grupo.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA — UNIARA

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

CURSO: DIREITO **ANO: 2010**

DEPARTAMENTO: CIÊNCIAS JURÍDICAS

DOCENTE RESPONSÁVEL: JOSÉ LUIZ PASSOS

DISCIPLINA	SÉRIE	CÓDIGO	CARGA HORÁRIA
PRÁTICA JURÍDICA SIMULADA	5ª	CJU-35	80 hs

OBJETIVO:

A Prática Jurídica Simulada se constitui em um importante aprendizado, sobretudo, porque a participação efetiva nas aulas e na realização das atividades extra-classe habilita o alunado a elaborar a petição inicial e proceder ao devido andamento processual, desde a distribuição até a sentença, com elaboração da resposta do réu, e ao mesmo tempo, prepara os estudantes do Curso de Direito para o atendimento ao cliente, interpretando e aplicando os fundamentos do Direito Civil, Processo Civil e Leis Extravagantes, e participação em audiências, além de se tratar de matéria fundamental para o correto entendimento da tramitação do processo em primeira e instância e no Tribunal de Justiça, procedendo a todo andamento processual no cartório existente no Núcleo de Prática Jurídica, com citação e intimação por mandado e por meio eletrônico, atividades que serão elaboradas pelos alunos na quinta série do Curso de Direito da UNIARA.

Para tanto, a presente disciplina alinha como objetivos centrais:

a) tornar o alunado capaz de analisar um caso prático e através dos fatos e das provas apresentadas, redigir em linguagem e expressão jurídica petição inicial com juntada de documentos, elaboração de mandato e guias judiciais, além de perceber a correspondência entre os ramos do Direito Civil, do Processo Civil e das Leis Extravagantes;

b) transmitir ao alunado a importância da análise de um processo na prática, com estudo detalhado da petição inicial e documentos, para a elaboração da resposta do réu, e pleno conhecimento dos prazos, tornando o alunado capaz de compreender os argumentos apresentados e que devem ser debatidos de forma ampla;

c) demonstrar que embora detalhista, é passagem indispensável para a preparação do alunado para a vida prática no Direito, já que fundamental para formação do profissional do Direito, o conhecimento de fato de todo andamento processual, estudando, elaborando, redigindo, argumentando e participando de todo processo, o que somente indica a importância crescente do conhecimento dessa disciplina para o bacharelado.

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

EMENTA:

Primeira Parte: Caso Prático - Provas - Petição Inicial - Mandato - Custas Judiciais - Distribuição

Segunda Parte: Registro - Autuação - Citação - Intimação - Resposta do Réu - Réplica - Audiência

Terceira Parte: Recurso - Contra-Razões de Recurso - Julgamento

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Primeiro Semestre

Apresentação do Caso Prático

I – Generalidades da petição inicial

1. Noções
2. Técnica de elaboração
3. Prazos

II – Das Provas

4. Apresentação e Estudo
5. Do Protesto por Provas
6. Das Provas Específicas

III - Das Custas Processuais

7. Noções
8. Requisitos
9. Guias

IV - Do andamento inicial

10. Distribuição
11. Registro
12. Autuação

V – Contestação

13. Noções
14. Técnica de elaboração
15. Prazos
16. Custas Processuais

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

VI - Réplica

17. Noções

18. Técnica de elaboração

19. Prazos

VII - Audiências

20. Noções

21. Elementos

22. Requisitos

23. Estrutura

VII - Sentença

24. Prolação

25. Intimação

Segundo Semestre

Dos Recursos

I – Embargos de Declaração

26. Noções

27. Cabimento

28. Previsão Legal

29. Procedimento

II – Apelação

30. Noções

31. Cabimento

32. Previsão Legal

33. Procedimento

34. Razões e Contra-razões

III - Acórdão

35. Julgamento

36. Publicação

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- Trabalhos de pesquisa de doutrina e jurisprudência
- Elaboração de peça profissional extra-classe

METODOLOGIA DE ENSINO:

- Aulas expositivas
- Participação ativa e efetiva dos alunos
- Redação de petições

CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM:

- aulas expositivas com participação efetiva dos alunos;
- Média final para aprovação: 6,0 (seis);
- avaliações bimestrais, de acordo com a participação do aluno nas audiências;
- trabalhos realizados em grupo, em sala de aula e extra-classe, com a participação efetiva do aluno, e atribuição de notas complementares ao contexto de avaliação bimestral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- Manual de Prática Jurídica Civil - Nehemias Domingos de Melo - Editora Atlas
- Prática Civil para o Exame da OAB - Adolfo Mamoru Nishiyama - Editora Atlas
- Prática Forense Civil - Rodrigo Colnago/Josyanne Nazareth de Souza - Editora Saraiva

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- Manual de Prática Forense Civil - Luis Fernando Rabelo Chacon - Editora Saraiva
- Manual de Introdução ao Direito - Luiz Carlos Branco - Editora Literarte
- Dicas de Português para o Exame da OAB e Concursos - Christiano A. F. Freitas - LTR
- Preparando Aulas - Manual Prático para Professores - Carmensita de Souza Bueno Ibaixo, Marly Salanowski e João Ibaixe Junior - Editora Madras
- Manual do Advogado - Waldemar P. da Luz - OAB/SC Editora

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA
Curso de DIREITO - Bacharelado
Renovação de Reconhecimento Portaria n.º 210 de 25/06/2020
D.O.U nº 128, Seção 1, Pág. 106 de 07/07/2020

Digitalizado com C